**Agrupamento das propostas advindas do Seminário**

**“Subsídios para a Revisão dos Critérios Gerais de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos” – 05/08/15**

**Verde**

1. Mecanismos de cobrança específicos para bacias sob efeito de eventos críticos.
2. Previsão de valor mínimo anual para a cobrança devido aos custos administrativos (verifica-se que 40% dos usuários inadimplentes possui valores inferiores a R$500,00, ou seja, o Estado gasta (recursos humanos e financeiros) para cobrar e não tem retorno para a bacia, além disso, mais custos são gerados para notificar e inscrever em dívida ativa).
3. Estabelecer os parâmetros a serem utilizados na cobrança de lançamento de efluentes considerando os setores usuários de água: somente é cobrado a DBO. No entanto, a DBO não é indicativa da poluição gerada por alguns setores como mineração e indústria.
4. Estabelecer os procedimentos para pagamento diferenciado.
5. Maior agilidade na execução dos recursos da cobrança dos Comitês.
6. Incorporar novos parâmetros de qualidade, cobrança pelo lançamento de efluentes em ambientes de água salobra e salina, incorporação de PCHs.
7. Facilitar acesso de recursos pelas ONGs e usuários privados
8. Cobrança em águas de domínio da União inseridas em bacias estaduais (caso de Ucs federais e rios federais onde não há comitê federal previsto).
9. Critérios objetivos para a formação de preços unitários, correções de distorções e revisão de mecanismos e valores. Insegurança Jurídica Gerada pelo Instrumento. Falta definir, de forma expressa e objetiva, os critérios para orientar a definição dos Preços Unitários Básicos, quando da implantação da cobrança.
10. Repasse de recursos arrecadados com a cobrança do setor elétrico para apoio ao custeio das entidades delegatárias.
11. Independência administrativa das delegatárias – contrato de gestão não é convênio – definição clara de papéis do CBH e da delegatária.
12. Se um setor paga, todos os setores usuários pagam.
13. Mecanismos de incentivo para estimular boas práticas, operativos e com custo de transação baixo.
14. Atingir a plena capacidade de utilização dos valores arrecadados com a cobrança antes de cogitar reajuste.
15. Avaliação clara do impacto da nova cobrança nos usuários.

**Amarelo**

1. Estabelecer piso para os valores a serem sugeridos pelos CBHs. Preço mínimo para todo o país.
2. Estabelecer prazo para o CBH sugerir a cobrança ao CNRH.
3. Permitir que o CNRH possa definir a cobrança onde não exista CBH, mediante motivação justificada. Deixar claro que a aplicação dos recursos arrecadados onde não há CBH/Agências seja feita na bacia de origem, de forma descentralizada, por outra entidade do SINGREH conforme art. 4º, § 6º da Lei nº 9.984/00.
4. Estabelecer mecanismos de atualização dos valores cobrados para garantir manutenção do poder de investimento dos recursos arrecadados. Estabelecer um índice de reajuste de PPU. Estabelecer mecanismo de correção monetária automática para os preços estabelecidos pelos Comitês – sinalização valor econômico da água & fortalecimento das EDs enquanto órgãos de suporte técnico dos Comitês. Consoante dispõe o § 2º do art. 22, da Lei 9.433/97, a aplicação a fundo perdido deveria ser exceção. Ocorre o contrário.
5. Padronizar mecanismos de cobrança (Vol x preço e Carga x preço) podendo acrescentar coeficientes dependendo da realidade da bacia) – regra do jogo clara.
6. Estabelecer critérios específicos de cobrança para o setor rural: estabelecer progressividade dos descontos que são dados para o setor; Tipo de cultura que está sujeita ao desconto.
7. Estabelecer metas para aplicação dos recursos arrecadados considerando um maior percentual para intervenções diretas e não somente pagamento de pessoal, mobilização social, etc. Necessidade de reverter os baixos índices de desembolso e a aplicação dos recursos da cobrança. Critérios gerais para a aplicação dos recursos. Desenvolvimento de indicadores objetivos de resultados de eficiência na aplicação dos recursos e de resultados das ações. Metodologia e indicadores para acompanhamento dos resultados da aplicação. Um dos maiores entraves para aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos está em sua “natureza jurídica”. A considerar os PUBs como preço público, os recursos dele oriundos hão que ser considerados “recursos públicos".
8. Cobrança consumo X cobrança retirada.
9. Desafio do custeio das entidades delegatárias – analisar a oportunidade de outras fontes de recursos além da cobrança. Evidencia-se a urgência de alternativas para equacionar o custeio das entidades delegatárias e/ou das Agências de Bacia. Sustentabilidade Financeira do Sistema: Necessário enfrentar a limitação do 7,5% do total arrecadado. Norma no CNRH regrando o repasse de recursos da cobrança do setor elétrico para apoio ao custeio das entidades delegatárias e suporte aos comitês.
10. Subsidiariedade-autonomia/papel/competências dos CBHs.
11. Aplicação dos recursos de forma reembolsável. Acesso do setor privado aos recursos da cobrança. Se um setor recebe, todos podem receber para investimentos em ações e iniciativas voltadas a otimização e conservação dos recursos hídricos.
12. Atingir o equilíbrio entre todos os setores usuários, antes de pensar em revisão de preços. Existência de cadastro e outorga de todos os usuários, antes de implementar a revisão.
13. Regulamentação do Instrumento “Cobrança pelo Uso da Água”: atualmente temos somente o inciso IV do artigo 5º da Lei nº 9433/97. A Resolução CNRH nº 48, de 2005, não é instrumento legal suficiente.

**Vermelho**

1. Incluir entre os objetivos da cobrança: obter recursos para gerenciamento dos recursos hídricos.
2. Usos especiais: Transposição – incluir no valor a ser cobrado os custos de O & M das infraestruturas; Reuso – desconto nos casos de reuso direto em finalidade diversa da inicialmente outorgada.
3. Norma no CNRH para avaliação dos Contratos de Gestão chancelados pelo Conselho.